

Parceria vai fortalecer defesa do patrimônio público e combate à corrupção

Sex 13 março

A [Polícia Civil de Minas Gerais \(PCMG\)](#) e o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) firmaram, nesta sexta-feira (13/3), um termo de cooperação técnica para proporcionar maior eficiência, efetividade e eficácia aos procedimentos relativos à defesa do patrimônio público, à prevenção e ao combate à corrupção.

O documento formaliza o trabalho integrado entre a PCMG e o Ministério Público, por meio das Coordenadorias Regionais de Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público. Além disso, o termo especifica ações que garantem os princípios de cooperação e integração entre as instituições em investigações de prevenção e repressão à corrupção e de defesa do patrimônio público.

O chefe da Polícia Civil de Minas Gerais, delegado-geral Wagner Pinto, afirma que o objetivo da instituição é a investigação qualificada. “A aproximação das instituições vem para otimizar a apuração dos crimes contra o patrimônio público, que atingem a coletividade. O caminho é esse. Estamos convergindo para o mesmo propósito: combater a criminalidade organizada e a corrupção”, pontua. O delegado-geral ainda ressalta a importância do termo para que PCMG e MPMG troquem informações e atuem, de forma integrada, para “extirpar crimes contra o patrimônio público e dano ao erário”.

O delegado Thiago Saraiva, do Grupo de Apoio Operacional das Promotorias de Combate a Crimes contra o Patrimônio Público, enfatiza a aproximação entre as instituições para as investigações dessa natureza. “Nas Coordenadorias Regionais de Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, esse termo de cooperação propiciará integração”, observa.

De acordo com o promotor de Justiça José Carlos Junior, merece destaque, ainda, o aprimoramento dos trabalhos que será alcançado com o termo de cooperação. “A interlocução entre a Polícia Civil e o Ministério Público tem o propósito específico de otimizar o trabalho no enfrentamento à corrupção”, afirma.

Também participaram da reunião o procurador-geral de Justiça de Minas Gerais, Antônio Sérgio Tonet, e outros representantes do Ministério Público.